

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## PAUPERISMO NO SÉCULO XXI, MEDIAÇÕES CIVILIZATÓRIAS E AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Ana Cristina Brito Arcoverde, Universidade Federal de Pernambuco/Professora Titular;

Doutora em Sociologia/ Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França;

ana.arcoverde@gmail.com

Coordenadora

Adilson Marques Gennari, Universidade Estadual Paulista/Professor Assistente; Doutor em

Sociologia/UNICAMPI; gennariadilson@gmail.com

Helena Lúcia Augusto Chaves, Universidade Federal de Pernambuco/Professora Titular;

Doutora em Sociologia/UFPE; helena.chaves@gmail.com

### RESUMO

Esta mesa temática tem o objetivo de refletir sobre a persistência e ampliação das desigualdades no século XXI, relacionando à discussão sobre a funcionalidade do Estado na sociabilidade capitalista, no sentido do enfrentamento ao pauperismo por meio das políticas públicas e sociais, possibilitando a construção de realidades civilizatórias compatíveis com o desenvolvimento do capitalismo no seu avanço científico e tecnológico. Elementos da teoria do pauperismo em Marx são articulados na discussão, além das concepções de pobreza na sua historicidade e do debate sobre as concepções normativas do pauperismo absoluto e relativo. O foco da discussão é na realidade brasileira, considerando a trajetória das políticas sociais com corte na pobreza, as desigualdades, a política neoliberal de privatizações e atividades econômicas definidas pelas forças de mercado, a posição subordinada no cenário global ocupada pelo Brasil, a condenação da nação ao atraso tecnológico e a reprimarização. A pobreza e a desigualdade social se desenvolvem como corolário de uma economia e sociedade que coloca o desenvolvimento social em detrimento da manutenção das classes abastadas proprietárias das terras e dos capitais, onde a especulação e o capital financeiro se tornam o centro dinâmico de uma economia subordinada aos polos hegemônicos do capitalismo ocidental. A deterioração das condições de vida do povo brasileiro é flagrante, suscitando estudos, pesquisas, reflexões e proposições, visando contribuir com a mudança desse quadro.

**Palavras-chave:** Pauperismo. Desigualdades. Mediações Civilizatórias.

### ABSTRACT

This thematic debate aims to reflect on the persistence and expansion of inequalities in the 21st century, relating to the discussion on the functionality of the State in capitalist sociability, in the sense of confronting pauperism through public and social policies, enabling the construction of realities civilizations compatible with the development of capitalism in its scientific and technological advancement. Elements of the theory of pauperism in Marx are articulated in the discussion, in addition to the conceptions of poverty in its historicity and the debate on the normative conceptions of absolute and relative pauperism. The focus of the discussion is on the Brazilian reality, considering the trajectory of social policies that cut poverty, inequalities, the neoliberal policy of privatizations and economic activities defined by market forces, the subordinate position occupied by Brazil in the global scenario, the condemnation of nation to technological backwardness and reprimarization. Poverty and

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

social inequality develop as a corollary of an economy and society that places social development at the expense of maintaining the wealthy classes that own land and capital, where speculation and financial capital become the dynamic center of a subordinated economy. to the hegemonic poles of western capitalism. The deterioration of the living conditions of the Brazilian people is flagrant, giving rise to studies, research, reflections and propositions, aiming to contribute to changing this situation.

**Keywords:** Pauperism. Inequalities. Civilizing Mediations.

## TRES SÉCULOS DE PAUPERISMO E AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Ana Cristina Brito Arcoverde

### RESUMO

O texto objetiva apresentar reflexões em torno das interpretações do pauperismo e das desigualdades que irrompem e se ampliam no capitalismo avançado depois de três séculos. Inerentes ao modo de produção e reprodução social capitalista ambos possuem múltiplas dimensões, suscitam a ação regulatória e protetiva, mas ao contrário senso várias concepções e respostas às suas superações não se sustentam em explicações que deem conta de suas essências e conexões. Dados disponíveis mais recentes do Brasil provam que os fenômenos ora se arrefecem, ora se ampliam deixando evidente que são estruturados na ordem do capital e reproduzidos por decisões e ações expropriatórias dos meios de produção, de direitos sociais e recursos quando do desmonte das políticas sociais, da proteção social e legislando em benefício dos interesses da acumulação do capital na extração de mais lucro sem considerar a reprodução da vida de parte significativa da população, sobretudo nas periferias do capitalismo.

**Palavras-chave:** Pauperismo. Desigualdades. Capitalismo. Marxismo. Mediações Civilizatórias.

### ABSTRACT

The text aims to present reflections around the interpretations of pauperism and the inequalities that erupt and expand in advanced capitalism after three centuries. Inherent to the capitalist mode of production and social reproduction, both have multiple dimensions, elicit regulatory and protective action, but on the contrary, various conceptions and responses to their overcoming are not supported by explanations that account for their essences and connections. More recent data available from Brazil prove that the phenomena sometimes cool down, sometimes expand, making it clear that they are structured in the order of capital and reproduced by decisions and actions that expropriate the means of production, social rights and resources when social policies are dismantled, of social protection and legislating in favor of the interests of capital accumulation in the extraction of more

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

profit without considering the reproduction of life of a significant part of the population, especially in the peripheries of capitalism.

**Keywords:** Pauperism. Inequalities. Capitalism. Marxism. Civilization Mediations.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema proposto Três séculos de pauperismo e ampliação das desigualdades é não somente de extrema complexidade, mas desafiador. Implica múltiplos desdobramentos e considerar suas múltiplas determinações. E é claro ser impossível dar conta em profundidade das dimensões e problemáticas envolvidas no tema proposto numa única comunicação de mesa coordenada. A intenção é, portanto, por meio de análise bibliográfica, documental e de dados secundários levantar alguns pontos ou elementos baseados na explicação marxista do pauperismo e da desigualdade para iniciar a reflexão, no coletivo, sobre a temática. Desde logo afirmamos que tanto pauperismo quanto desigualdades são inerentes ao modo de produção e reprodução social capitalista, e que possuem dimensões materiais ou econômicas e subjetivas e imateriais ou sociais e políticas, além das culturais. Seja pauperismo em suas diferentes interpretações, sejam as desigualdades econômicas, culturais, políticas ou sociais, esses fenômenos suscitam qualificações e a ação estatal, regulatória e protetiva, mas na direção dos interesses das classes que produzem a riqueza para então apresentar respostas às necessidades sociais das populações particulares aos seus territórios.

Mas afinal, pauperismo de que se trata? E desigualdades o que vem a ser? Que conexão existe entre pobreza e desigualdades? Essas são questões polêmicas, sem consenso teórico-metodológico e recorrentes nas sociedades de capitalismo avançado e, ou mesmo nas de capitalismo tardio, como a brasileira. Na verdade, nas sociedades ocidentais cujas bases produtivas de bens e serviços são o modo de produção capitalista e o mediador civilizatório é orientado pelo neoliberalismo ou economia de mercado, o pauperismo e as desigualdades se constituem em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

fenômenos históricos, contraditórios e conflituosos, associados entre si, produzidos e emanados pela ordem intrínseca do capital em suas sucessivas ondas de reorganização e reprodução apoiadas pela lógica da ordem política.

Trataremos o tema em dois tempos. Inicialmente resgatando brevemente as concepções na historicidade do pauperismo, aqui considerado estrutural do modo de produção capitalista, por meio de autores que sistematizam explicações ao tratarem do tema do pauperismo com concepções normativas (pauperismo absoluto e relativo) e, ou concepções subjetivas. Num segundo momento trataremos das desigualdades que ora se retraem ora se ampliam, mas são recorrentes e se complexificam com as orientações e respostas à pobreza sob perspectiva economicista e, ou reformista, ou mesmo apoiadas em indicadores insuficientes para dar conta da totalidade do fenômeno na nova ordem mundial do capital. A intenção é defender que a ampliação das desigualdades é questão política e a raiz das decisões políticas que produzem e reproduzem o pauperismo. Ainda, demonstraremos por meio de dados de duas gestões públicas no Brasil, de orientações políticas distintas, e mais recentes que os indicadores de pobreza e miséria ora se ampliam, ora se restringem, mas persistem. A tese da presente comunicação é explicitar a simbiose entre pauperismo e desigualdades como inerentes ao capitalismo e demonstrar que a teoria marxista do pauperismo é no mínimo mais consistente e convincente. É preciso realçar que expropriações de direitos e o desmonte das políticas econômicas e sociais, como no governo brasileiro de 2019 a 2022, de cariz ultraconservador, ultra neoliberal e fundamentalista, reforçam o pauperismo e as desigualdades que não somente são reproduzidas, se ampliam e se complexificam, mas tornam-se uma estratégia da nova razão do mundo sob o império do mercado. Ao final ensaiamos algumas reflexões analíticas críticas como possíveis conclusões.

## 2 PAUPERISMO – RESGATANDO CONCEPÇÕES NA SUA HISTORICIDADE

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Desde o século XIX que o fenômeno do pauperismo irrompe e ganha visibilidade em meio às transformações do modo de produção capitalista, suas revoluções industriais e os desdobramentos sócio-políticos. No século XX e desde então o fenômeno tornou-se tema de teorização e crítica, e de denúncia das condições de vida dos produtores de riqueza, seja por parte da população que o experimentava, seja por parte de estudiosos economistas clássicos, modernos, contemporâneos que ensejavam e ensinam desvendar suas raízes. As condições de vida miserável da população na França, por exemplo, foi título e tema do clássico da literatura *Les miserables* de Victor Hugo, publicado em 1862.

Apesar do fato do termo pauperismo ser atualmente pouco utilizado para exprimir situação de vida de parte significativa de uma sociedade que se encontra em estado de absoluta pobreza, miséria ou penúria, permaneceu no século XX e permanece no atual século XXI um fenômeno complexo, então nominado de pobreza e sem precisão teórica devido aos inúmeros aspectos ou determinantes a serem considerados para dar conta da totalidade do fenômeno, tais como: além do rendimento médio, preço das mercadorias, desigualdade dos salários, poder de compra dos salários, bem-estar, etc. Conhece-se mais suas manifestações, como o desemprego, a deficiência ou insegurança alimentar, desnutrição, anemia, analfabetismo, acesso restrito ao ensino superior, mortalidade infantil, capacidade restrita de consumo etc. por meio de indicadores, como o do índice de desenvolvimento humano - IDH, do que mesmo sua essência.

Pesquisadores de todos os países e das mais variadas áreas do conhecimento e tendências teóricas vem do século vinte em diante estudando o pauperismo ou a pobreza, seja criando e por meio de indicadores quantitativos, seja tentando qualificar o fenômeno para buscar sua essência e orientar estratégias de sua superação, mas ao contrário senso a pobreza persiste e se tornou problema mundial no presente século, e vem chamando atenção de sua presença nos países centrais e, ou de capitalismo avançado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Dentre as concepções e explicações do fenômeno do pauperismo ou da pobreza podemos registrar algumas delas: i. as que consideram o pauperismo como fenômeno natural e condição resultante da responsabilidade individual, ii. as que o consideram como resultante do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, iii. pobreza relativa ao nível de renda obtida do trabalho para garantir a sobrevivência, iv. pauperismo como fenômeno social e resultado das relações sociais etc. A existência de múltiplas explicações conduz em geral ao seu agrupamento em perspectivas teóricas conhecidas como liberal, que conforme Garcia e Tumolo (2009) pouco se diferencia da socialista e a perspectiva marxista. Há autores que interpretam o pauperismo ou pobreza agrupando concepções normativas ao explicar pobreza absoluta e pobreza relativa, outros expressando concepções subjetivas do pauperismo. A crítica às interpretações é de operar reducionismo conceitual ao considerar apenas um indicador para dimensionar ou explicar o pauperismo, como no caso da renda, é também de indicar na concepção equívoco relativo à menção da exclusão social na interpretação de determinada concepção de pauperismo de um autor específico, ou ainda criticam a defesa de ser possível controlar o capitalismo pelo mercado, pela estruturação da denominada terceira via, ou por meio de regulações jurídico-políticas, mas na perspectiva marxista o capitalismo tem natureza excludente e por isso mesmo é incontável por medidas que ajustem sua própria lógica.

No Brasil, a pobreza é histórica desde o período colonial, passando pelo imperial, republicano (velha e nova repúblicas), ditatorial e “democrático” pós-88 do século passado. Mesmo nos tempos atuais, abundam estudos sobre a pobreza com vieses economicista, sociológico e político (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001; DEMO, 2003; ROCHA, 2006, dentre outros).

Tanto conceitualmente quanto em termos de conhecimento das condições e situações dos sujeitos que a vivenciam, a pobreza não pode ser representada e enfrentada levando em conta um único sentido ou só um indicador que não leva em conta as múltiplas determinações de sua essência. Quando se fala em pobreza,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

remete-se de imediato à situação de privação absoluta ou relativa dos meios de satisfação das necessidades humanas básicas para uma vida digna. Mas a pobreza é fenômeno dinâmico e complexo, características que se evidenciam, em termos conceituais, especialmente quando se busca empreender uma investigação sobre os sujeitos implicados, em que pese a complexidade de situações mutantes abrangidas e vivenciadas em cada sociedade ou contexto.

### 3 A CLASSE DAS CONCEPÇÕES NORMATIVAS DO PAUPERISMO ABSOLUTO E RELATIVO EM DEBATE

No sentido de desvelar a polêmica conceitual, esforços são empreendidos como os de Costa e outros (2012) por exemplo, que agrupam os conceitos de pobreza em duas classes: a normativa (absoluta/relativa) e a subjetiva. A classe normativa dos conceitos de pobreza tem em Rowntree (1971 *apud* COSTA *et al.*, 2012) um de seus representantes. Para ele, inicialmente, pobreza primária era conceituada por critério meramente de subsistência, ou seja, como o estado das famílias cujos “proventos totais eram insuficientes para obter os bens e serviços mínimos necessários à manutenção de eficiência meramente física” e atribuídos a um certo estilo de vida. O referido autor, posteriormente, ampliou sua concepção de pobreza para além da subsistência e incluiu outras necessidades sociais e culturais, na “perspectiva de definir um padrão de vida mínimo e considerado suficiente para satisfazer as necessidades identificáveis pelos conhecimentos científicos existentes na altura, acerca das necessidades humanas básicas” (COSTA *et al.*, 2012, p. 34). O caráter absoluto do conceito de pobreza recepcionou críticas que levaram ao conceito relativo de pobreza (TOWNSEND, 1985) e ao seu uso equivocado para definir uma linha de pobreza absoluta (WORLD BANK, 1980, ROOM, 1990, BARTOLI, 1986). Absoluto, como advertem Costa e outros (2012, p. 35), qualifica o conceito absoluto de pobreza e não o conceito de pobreza absoluta. Para Townsend, A pobreza só pode ser definida objetivamente, e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

a (definição) aplicada de modo consistente em termos do conceito de privação relativa. [...] Pode-se dizer que indivíduos, famílias e grupos populacionais se encontram em pobreza quando carecem de recursos para obter os tipos de dietas, participar nas atividades e ter as condições e comodidades que são habituais, ou, pelo menos, largamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem. (apud COSTA et al., 2012, p. 41).

Esse alargamento permitiu apenas o entendimento relativo de pobreza resultante do decréscimo dos recursos como impedimento à participação nos costumes e atividades sancionadas pela cultura. A crítica de Sen (1983) a essa concepção, explicita que a pobreza ~~tem~~que ser vista primariamente como uma noção absoluta, o que contribui para se entender o caráter absoluto das necessidades, mas não sua fixidez no tempo. Para Sen, a vantagem que uma pessoa tem em relação às outras é absoluta, e não relativa. Esse autor defende que “existe uma diferença entre realizar relativamente menos do que outros, e realizar absolutamente menos por se ficar atrás dos outros”. E acrescenta: “em relação ao indivíduo ou à sociedade, há que se considerar os benefícios como relativos” (SEN, 1983, p. 155-156, tradução nossa). Para ele, existe um “núcleo absolutista irreduzível na ideia de pobreza” (1983, p. 159, tradução nossa). Assim, a visão relativa de pobreza implica entender que um “declínio geral na prosperidade com imensas pessoas adicionadas na miséria não tem de aparecer necessariamente como um aumento acentuado da pobreza, uma vez que o quadro relativo não muda” (SEN, 1983, p. 156, tradução nossa). Nessa direção, recorre ao conceito de capacidades para defender que a pobreza é uma noção absoluta no espaço das capacidades, ~~m~~asque muitas vezes tomará uma forma relativa no espaço dos produtos ou das características que conduz (SEN, 1983, p. 161), o que implica tomar em referência uma teoria das necessidades humanas universais, como a dos ingleses Doyal e Gough (1991), para entender que ~~æ~~necessidades objetivas precedem às subjetivas.

## PROMOÇÃO



## APOIO





PPPPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 4 CONCEPÇÕES SUBJETIVAS DA POBREZA E ALGUNS ELEMENTOS DA TEORIA DO PAUPERISMO DE MARX

A classe das concepções subjetivas de pobreza se constitui numa alternativa às polêmicas das concepções normativas, porquanto baseadas nas percepções subjetivas dos pobres, dos estudiosos, do público em geral. No caso, o limite da pobreza pode ser estabelecido, conforme Costa e outros (2012, p. 49), por um processo mais democrático por referenciar-se na opinião pública. Importa, ainda, realçar a influência dos juízos subjetivos dos próprios pobres e da sociedade na definição de necessidades. Para Piechaud e Veit-Wilson (1987), corresponde a um verdadeiro consenso social. Esses autores “defendem que os conceitos de privação e pobreza são construções sociais, e que só podem ser expressas e compreendidas no contexto de uma sociedade específica numa posição histórica particular” (PIECHAUD; VEIT-WILSON, 1987, p. 188-189), ou seja, a construção de padrões deve considerar sua fonte social, as massas na sociedade, cuja experiência e expectativa a origina (MACK; LANSLEY, 1985), seja no olhar do desejado, seja do financiável.

Na verdade, os processos políticos decisórios ou democracia e o conjunto dos direitos da cidadania burguesa, ou o que são e como são percebidas, são valores não somente essenciais e subjacentes à abordagem consensual de pobreza, como afirma Veit-Wilson (1987), mas desafios a serem ultrapassados, mesmo porque, muito mais do que alternativa às concepções normativas, se constituem numa ferramenta complementar para se considerar o conceito de pobreza e sua noção de necessidades básicas.

Em detrimento de todas essas explicações, concepções, classificações e interpretações, verificamos que o pauperismo permanece fenômeno histórico estrutural nas sociedades capitalistas (sobretudo as de tardo capitalismo) ocidentais que o vivenciam em escalas distintas e em função do lugar ocupado pelo país na dinâmica da economia de mercado e, ou no capitalismo mundo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPPPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Lembramos que seguindo a lei geral de acumulação capitalista o processo de reprodução ampliada do capital remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas para aumento da produtividade do trabalho social e ao mesmo tempo à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mais mercadorias, ou seja: o aumento do capital constante é acompanhado da diminuição do capital variável ou força de trabalho gerando desemprego. À produção de trabalhadores supérfluos ou excedentes, resultante do progresso técnico que, apenas proporciona a diminuição da quantidade de horas de trabalho necessário à produção de respostas às necessidades humanas, se soma outro elemento importante do processo capitalista de produção que é a busca incessante da valorização do capital, seja a obtenção de mais valor. Se a produção de respostas às necessidades humanas está inteiramente subordinada ao processo constante de valorização do capital e, em tese, o progresso técnico poderia beneficiar a todos, mas o que interessa aos capitalistas não é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para que os homens possam usufruir de outras dimensões da vida, como nos chama a atenção, Soares (2012), mas maximizar a extração de trabalho não pago e acirrar a concorrência entre os trabalhadores com evidente interferência na regulação dos salários, (IAMAMOTO, 2001, p.14). É desse modo que ao mesmo tempo que se processa o desenvolvimento das forças produtivas que geram riqueza, se processa a produção de desempregados e da miséria. O desenvolvimento do modo de produção capitalista sob o formato da grande indústria aprofundou a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo, (SANTOS, 2012, p.28). Se a pobreza e a desigualdade que antecedem à irrupção do fenômeno do pauperismo no século XIX estavam vinculados a um quadro geral de escassez, a novidade dá-se pelo fato de que tais fenômenos “se produziram pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite da sua supressão” (NETTO, 2001, p.45). O pauperismo e a desigualdade que se constituem em substrato e fundam o modo de produção capitalista industrial têm suas existências socialmente produzidas, pois o desenvolvimento das forças produtivas operado nos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

seus marcos seria capaz de reduzir, significativamente, a dependência e determinação de fatores naturais (fazer recuar as barreiras naturais) na produção da escassez, (SOARES, 2012, p.29). É evidente que não se descarta fatores naturais na produção da pobreza como nos séculos XV e XVI mediante expropriações primárias de camponeses de suas terras para produzir trabalhador livre e que contribuiu para a pauperização e gênese das desigualdades. Muito ao contrário. O que fica evidente é que o desenvolvimento das forças produtivas com recuo das barreiras naturais, a inovação técnica e a busca incessante por mais valia produziram e mesmo ampliaram o pauperismo e as desigualdades que desafiam as mediações civilizatórias. Os seus enfrentamentos por meio de leis de cercamento, lei dos pobres ou a lei férrea dos salários não os superaram, mas deram ainda mais visibilidade ao fato de que as saídas não podem ser pela ordem.

A despeito dos avanços conceituais de pobreza na direção do desvendamento de sua complexidade e essência (normativa, subjetiva, estrutural), parece prevalecer a classe dos normativos, pobreza absoluta e relativa, na definição dos parâmetros de seu enfrentamento e, ou mitigação por meio de medidas ou de programas sociais públicos, inclusive expressos no acompanhamento permanente e na avaliação das chamadas taxas de risco de pobreza.

Tomando o Brasil como exemplo, país de capitalismo tardio, ocupando um lugar atual de exportador de commodities e subordinado ao imperialismo mundo, em determinado período de tempo e comparando mediações regulatórias, podemos verificar que as taxas de pobreza e extrema pobreza ou de pauperismo se mostram cíclicas, oscilando para mais ou para menos, mas mantendo sua presença significativa e preocupante. Em 1995, por exemplo, as taxas de pobreza e extrema pobreza eram de 43,4% e 20,9% da população, respectivamente, passando em 2014, quando saímos da rota da fome, para 12,6% de pobreza, e para 2,48% de extrema pobreza, com projeção em 2016 para a pobreza decrescer a 4,0% e se eliminar a extrema pobreza.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ainda que não tenhamos dados para acompanhar as taxas brasileiras em relação às transferências relativas às pensões e transferências sociais, os Comunicados nº 38 e nº 58 (2010) e a Nota Técnica nº 22 (2015) do Governo Federal, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são unânimes em afirmar que a redução da pobreza e extrema pobreza no Brasil está relacionada com o crescimento da renda, seja oriundo do trabalho, do aumento do salário mínimo acima da inflação, das prestações sociais asseguradas pela seguridade social, caso do Benefício de Prestação Continuada – BPC, ou das transferências de renda do Programa Bolsa Família, dentre outras. Assim, mediações civilizatórias marcadas por decisões sobre distribuição e transferência de renda, aumento salarial real e direitos sociais etc. impactam positivamente na melhoria da taxa de desigualdade social entre pobres e extremamente pobres (50,4% e 49,5%, respectivamente), mas não a supera. E, diga-se de passagem, se avançamos em relação à pobreza extrema ou mesmo em relação aos brasileiros em condição de miséria, o Brasil ainda está longe de eliminar a pobreza que se mostra renitente. O máximo alcançado com mediações civilizatórias diferenciadas e que incluam os trabalhadores foi reduzir e, ou aliviar a pobreza.

É notável a resistência teórica e política em compreender e interpretar suas raízes levando em conta o próprio modo de produção e os interesses por mais valia dos capitalistas já desvendadas no século dezanove por Karl Marx quando elaborou sua teoria geral do valor. Ou ainda quando ele fez a crítica aos reformistas sociais-democratas sobre o valor do salário e dos preços, escreveu os Grundrisses, a Crítica do Programa de Gotha, ou mesmo quando criticou a lei férrea dos salários.

As contradições inerentes à lei geral de acumulação que rege o modo de produção do capital e as mediações civilizatórias operadas até o momento, no Brasil em particular, desafiam a capacidade atual de regular minimamente a economia e de garantir direitos por meio de políticas sociais podendo mesmo chegar a destruir os processos democráticos e decisões políticas, que não são limitados apenas ao direito de votar e ser votado, mas de participação e de processos decisórios que atingem os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

sistemas de reprodução social e que foram construídos ao longo de décadas. Ainda, a alusão às crises como agravante e explicação da ampliação da pobreza não escondem o fato delas também serem produzidas e operarem em ciclos, fazem parte do processo de acumulação do/no capitalismo. Como a crise atual é produzida conforme a ordem e lógica exclusiva da economia de mercado e sob orientação ultra neoliberal, fica subentendido que da mesma forma que foram construídas poderiam ter sido evitadas. O que demandaria resgatar e repensar os processos decisórios, os interesses em jogo, a história das lutas e movimentos dos trabalhadores e populares pela efetivação dos direitos sociais, civis e políticos embora sob dominação do capital.

Problematizar sobre as interpretações do pauperismo ou pobreza e suas implicações para o aumento das desigualdades permanece tarefa a ser realizada. Mais ainda, investigar a resistência ou o porquê da resistência e as estratégias alienadoras da interpretação marxista do pauperismo e das desigualdades na ordem do modo de produção capitalista atual nas sociedades avançadas ou de tardo-capitalismo é necessário e se impõe. Tanto quanto problematizar as direções das mediações civilizatórias se impõem para processar vias de ampliação do atendimento das necessidades projetando bases para transformar a ordem do capital.

## 5 AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES COMO QUESTÃO POLÍTICA E RAIZ DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO PAUPERISMO

O debate sobre a produção e reprodução do pauperismo por meio de suas concepções remete às históricas, complexas e diversas ou heterogêneas desigualdades próprias e, ou engendradas na socialidade capitalista. Aqui cabe de pronto afirmar e defender que em tempos e espaços em que as mediações civilizatórias se fazem restritas e quase que exclusivamente na lógica mercantil, as desigualdades se ampliam por e como decisão política tornando-se e reforçando a produção e reprodução do pauperismo como complexidade das ordens do capital. Ampliação das desigualdades se conecta à produção e reprodução do pauperismo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

seja como estrutural ao processo de acumulação ampliada do capital, seja por decisão política por e na mediação civilizatória. Além das desigualdades serem uma expressão da questão social é também uma questão econômica e, também, política, sendo igualmente raiz da produção e reprodução do pauperismo.

É de conhecimento amplo e geral de que as desigualdades econômicas ou materiais, mas também imateriais como as sociais e políticas possuem relações e articulações entre si e se constituem em problemáticas públicas históricas em todos os espaços territoriais do mundo ocidental. É também recorrente o fato de que as respostas da agenda pública, construídas no jogo dos interesses em presença para redução, eliminação e enfrentamento às desigualdades, sobretudo nas últimas décadas, têm chamado atenção e se mostrado frágeis, incipientes, e/ou insuficientes sobretudo na consolidação dos Estados de bem-estar social que foram constituídos no pós guerras para resolução dos conflitos sociais em nome da condição de cidadania e da responsabilidade pública do Estado em garantir o acesso e usufruto das riquezas produzidas pelas populações concernentes. Sejam nos espaços e territórios da Europa ocidental, nos países da América Latina ou no Brasil em especial, a presença de desigualdades é fato que inviabiliza a vida com qualidade, é fenômeno renitente e mesmo vem se consolidando como produto do modo de produção baseado na superexploração do trabalho pelo capital, na concentração da propriedade privada e na mediação civilizatória que privilegia determinados interesses com variações internas nos diferentes governos.

As produções mais recentes afirmam que nas últimas três décadas do presente século houve um crescimento significativo das desigualdades sociais nos países de capitalismo tardio, mas também nos avançados como os da Europa e os Estados Unidos da América. É o que chamamos já em 2008 de globalização ou mundialização das iniquidades sociais geradas pelo processo de globalização excludente com alto poder de concentração de riquezas. Além da concentração e centralização de riquezas, verifica-se que, seguindo Pereira (2022), “o enfraquecimento do poder dos sindicatos é de difícil equacionamento porque, qualquer intento de compensação das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

perdas salariais, provoca a ameaça de fuga de capitais e de seu deslocamento para paragens sem legislação trabalhista”. (p.179) Ou ainda, no caso dos países como o Brasil a adoção de regras mais flexíveis no campo da exploração do trabalho se transforma em instrumento de reforço à queda dos salários (BURGAYA 2015 in PEREIRA, 2022, p.180).

Além das desigualdades econômicas, as produzidas pela base produtiva, e as reproduzidas por meio das chamadas por Boschetti (2018) de expropriações secundárias de direitos e políticas, operadas diretamente pelos governos de forma legal e jurídica, o desemprego não somente pressiona para baixo os salários, mas é explicado pela própria reivindicação de aumento salarial, o que não somente responsabiliza o próprio trabalhador pelo seu desemprego, mas o imobiliza e enfraquece a luta sindical. Tanto os desempregados quanto os trabalhadores que enfrentam o pauperismo não contam mais com as coberturas sociais e com as salvaguardas legais do Estado democrático de direitos. E mais, as empresas que se deslocaram atraídas ou motivadas por redução de custos do capital variável ainda se beneficiam de dispensas de encargos sociais pelo governo local e fiscalidade ultra neoliberal/conservadora. As desigualdades de renda e social são e saem no processo reforçadas.

Citando o exemplo brasileiro, que além das determinações externas temporais, podemos verificar as diferenças de resultados da mediação política ou civilizatória entre dois governos com projetos societários distintos, mas inseridos na razão neoliberal da ordem do capital, sejam: um progressista e o segundo ultraconservador e fundamentalista.

Assim, conforme o Quadro 1 abaixo, e levando em consideração os dados disponíveis no PNAD-IBGE em 01/06/2022, a taxa média de desemprego no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007/2011) foi de 6,7% e no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018/2022) a taxa quase duplicou afixando-se em 12,2%.

## Quadro1: Brasil – Indicadores e dados socioeconômicos



Ano	PIB*a	Coefficiente Gini*b	IDH*c	Desemprego *d	Pobreza *e	Indigência*f	PEA/ Milhões *g
Segundo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011)							
2007	6,1	-	-	8,1	25,4	9,0	-
2008	5,2	-	0,800	7,3	22,6	7,6	-
2009	-0,2	0,576	-	7,2	21,4	7,3	-
2010	7,5	-	0,739	5,7	-	-	101,0
2011	3,9	-	-	5,2	18,4	6,3	-
<b>Média</b>	<b>4,5</b>	<b>0,576</b>	<b>0,769</b>	<b>6,7</b>	<b>21,95</b>	<b>7,55</b>	<b>101,0</b>
Governo atual de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022)							
2018	1,3	0,545	0,762	12,3	26,5	6,5	-
2019	1,1	0,543	0,765	11,9	24,7	6,5	-
2020	- 4,1	0,500	0,765	14,2	24,1	5,7	94,2
2021	4,6	0,640	0,759	11,1	42,11**	12,9	-
2022	1,7	0,674	-	11,1	-	24,7	-
<b>Média</b>	<b>0,96</b>	<b>0,580.4</b>	<b>0,762</b>	<b>12,12</b>	<b>29,35</b>	<b>11,26</b>	<b>94,2</b>

Fonte: ODEPP Adilson Gennari 2018, Ana Arcoverde e Helena Chaves 2022, \*a Brasil/IBGE/Banco Central;

\*b LCA/Pnad-IBGE; \*c PNUD; \*d Pnad/IBGE; \*e POF/IBGE/FGV Social; \*f SIS/IBGE/CadÚnico; \*g IPEA/IBGE.

\*\* O Presidente denegou recursos em 2021 aquando da pandemia para a realização de coleta de dados pelo IBGE, inclusive não há dados sobre 2022.

Em relação ao coeficiente de Gini, que mede o tamanho da desigualdade de renda, encontramos (de acordo com LCA e Pnad-IBGE em 01 de junho de 2022) a média, no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva de 0,576, e de 0,580.4 no governo até dezembro de 2022 de Jair Messias Bolsonaro que comprova sua ampliação.

Em relação à pobreza (dados obtidos no POF, IBGE e FGV Social em 01 de junho de 2022) a diferença para mais é verificada, seja no mesmo período de governo do Presidente Lula, no qual a taxa foi de 21,95%, enquanto a taxa no governo Bolsonaro foi de 29,35%. Os dados comprovam que a pobreza também se ampliou em 7,4%. Registre-se o fato de o Presidente denegar recursos em 2021 aquando da pandemia por Covid19 para a realização de coleta de dados (censo) pelo IBGE, inclusive causando a inexistência de dados sobre o ano de 2022.

Complementar às taxas de pobreza, e que demonstram sua gravidade, temos as de indigência (obtidas no SIS-IBGE e CadÚnico em 01 de junho de 2022) que afixam no caso do governo de Lula 7,55% e no de Bolsonaro 11,26%, portanto, nesse

#### PROMOÇÃO



#### APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

último, sinalizando um aumento de 3,71% de famílias abaixo da linha de pobreza (percebendo per capita, em tese, menos de  $\frac{1}{2}$  a  $\frac{1}{4}$  do salário vigente) e vivendo em condição de vida sub-humana, e com IDH de 0,769 com Lula e 0,762 no de Bolsonaro. À título ilustrativo, ainda, mencionamos que no estado de Pernambuco, região Nordeste do país, metade ou 50% de sua população encontra-se em situação de pobreza. Os dados de indigência revelam que a taxa de pobreza com o governo de Jair Messias Bolsonaro reflete uma realidade socioeconômica da população extremamente preocupante.

É possível ainda constatar que houve agravamento e ampliação das desigualdades com suas complexidades em outros itens de bem-estar como segurança alimentar, condições de moradia, e perda de direitos referentes à política de saúde, assistência social e previdência social, além das desigualdades de gênero, étnico-racial e regionais. Tal ampliação, com as escolhas políticas presentes na agenda governamental, complementa e agrava as desigualdades e o pauperismo como elementos estruturais ao capitalismo operando o processo de acumulação de riqueza e de pobreza. Os resultados das ações governamentais falam por si e renovam a importância do tema e da problemática das desigualdades nas socialidades capitalistas, mas sobretudo dos processos democráticos de tomada de decisão, portanto, vinculados à socialização da política e ao regime político.

Conforme os dados da FAO para a América Latina e Caribe a insegurança alimentar não cessa de crescer: a fome que foi superada em 2014, durante um governo progressista, regressou desde 2016 a indicadores muito preocupantes. Assim, 58,7 % da população brasileira vive em situação de insegurança alimentar, em condições de moradia precárias, sem água, energia, e infraestrutura adequadas à vida digna. Essas expressões de desigualdades se somam as de gênero, étnico-racial e às desigualdades regionais. Suas complexidades são inerentes à e na ordem do capital com participação importante das históricas e diferentes mediações civilizatórias. Os direitos sociais, como previdência, saúde e assistência social, garantidos, pelo menos formalmente na Constituição Federal de 1988, vem sendo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

derruídos ou expropriados sem cessar da cidadania burguesa por meio de inúmeros decretos, legislação e política fiscal nefasta e, ou injusta com os trabalhadores. Ou seja, por ações e poderes dos agentes políticos/públicos que deveriam na verdade mediar os interesses da totalidade das classes sociais, sobretudo da classe que produz a riqueza.

## 6 CONCLUSÃO

O pauperismo ou pobreza e as desigualdades são fenômenos históricos conexos nas sociedades ocidentais de capitalismo tardio, mas também de capitalismo avançado. Os fenômenos ganham visibilidade no século XIX com as inovações técnicas que resultam no enxugamento do capital variável como custo de produção e no descarte de contingente considerável de trabalhadores. Esse processo se agrava ainda mais e em detrimento dos desdobramentos sócio-políticos com a fome insaciável de mais valia dos capitalistas e das mediações civilizatórias que regulam e protegem mais os interesses dos capitalistas do que dos produtores de riqueza. O avanço tecnológico e o recuo das barreiras naturais não vêm significando melhoria das condições de vida digna para a classe trabalhadora, mas deixa entrever a contradição e lógica incontrolável da ordem do capital.

Diferentes concepções de pauperismo são construídas na historicidade dos fenômenos e vem servindo de explicação e sustentação de variáveis para quantificar e qualificar a sua essência com dificuldade de dar conta da totalidade de suas determinações. Observamos certa rejeição da interpretação que toma a ordem estabelecida como central para dar conta de sua produção e reprodução ampliada, seja por meio da exploração do trabalho, expropriações primárias e secundárias, apropriação de mais e mais mais-valia, ou por meio das regulações civilizatórias da ordem política.

Nas socialidades avançadas ou nas de tardo-capitalismo, tantos os processos democráticos quanto os Estados de bem-estar baseados na defesa dos direitos e da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

cidadania burguesa possuem suas peculiaridades e mais ou menos solidez perante sua desconstrução com resultados específicos. Conformam resultados do pauperismo e desigualdades forjados nas regulações conformado um ciclo de oscilação das taxas de pobreza e de desigualdades que se tornam renitentes. O legado de pauperismo e desigualdades deixado por governos orientados exclusivamente pela economia de mercado e atendimento dos interesses dos capitalistas, certamente levará algum tempo para fazer retroceder às conquistas operadas em tempo pretérito, e então retomar medidas que impactem positivamente na redução das desigualdades e do pauperismo como lastro para o amadurecimento da interpretação da concepção marxista mais convincente dessa mesma ordem e sustentação de desdobramentos políticos que impliquem transformações da ordem.

Reafirmamos que as desigualdades, materiais e imateriais, inerentes ao modo de produção e sociabilidade capitalista se ampliam e se complexificam não só como tendência, mas estratégia de recomposição do capital, e mediações civilizatórias de desregulações legais-jurídicas de direitos, sobretudo os sociais, já conquistados.

Os indicadores socioeconômicos como o PIB, Gini, IDH, desemprego, pobreza e indigência de dois governos brasileiros, progressista e ultraconservador, de Lula e Bolsonaro respectivamente apresentam não deixam dúvidas quanto a importância das características da regulação e proteção social associadas aos interesses das elites e do capital financeiro, no agravamento das desigualdades e imobilização da maioria da população brasileira.

Constatamos, sobretudo depois de 2016 do presente século XXI, que, para além das determinações externas do desenvolvimento do capitalismo mundo (neoliberalismo, mercado) em processo de reordenamento, no caso brasileiro, as associadas a projetos societários exclusivamente alinhados aos interesses das elites e do capital financeiro, reforçam e complexificam desigualdades, e ao lugar subordinado que o país ocupa no mundo fazendo parecer impossível a luta por mais e melhores condições de vida digna.

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os resultados das ações governamentais falam por si e renovam a importância do tema e da problemática do pauperismo e das desigualdades nas socialidades capitalistas, mas sobretudo repensar os processos democráticos de tomada de decisão ou regime político. A destruição dos direitos sociais conquistados e as políticas públicas que lhes correspondem e que se encontravam regulamentados, ao menos formalmente na Constituição Federal de 1988, vem sendo derruídos ou expropriados sem cessar da cidadania por meio de inúmeros decretos, legislação e política fiscal injusta. Ou seja, por ações e poderes dos agentes políticos/públicos que deveriam na verdade mediar os interesses da totalidade das classes sociais, sobretudo da classe que produz a riqueza.

## REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. & CHAVES, Helena Lúcia Augusto. Transferência de renda como suporte para redução das desigualdades sociais? Lisboa: **atas do xii congresso luso-afro-brasileiro**, pp. 9 e 10, 2015.

BARROS, Ricardo Paes de. HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea (Texto para discussão n. 800), 2001.

BARTOLI, Henri. Progrès et pauvreté: les concepts et leur dialectique selon les civilisations et les cultures. In Bradshaw, Jonathan, Mitchel, Deborah, e Morgan, Jana. (1987), “**Evaluating adequacy: the potential of budget standarts**”, Journal of social policy, vol. 16, parte 2, 1986.

BOSCHETTI, Ivanete. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? In: BOSCHETTI, I. (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CAPUCHA, Luiz. Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza. In **Pobreza e exclusão social em Portugal** - contextos, transformações e estudos / organizadores: Fernando Diogo / Alexandra Castro / Pedro Perista. Famalicão: Edições Húmus Ltda., pp. 49-64. Coleção Debater o social – 34, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CARY, Paul. E JANE-CATRICE, Florence. Novos indicadores de riqueza: avaliar o que e para quem? In **Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado: para que e para quem?** / Organizadora: Ana Cristina Brito Arcoverde. Recife: Editora UFPE, pp. 29-52, 2015.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto, ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. In **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 164-182, maio/ago. 2021.

COSTA, Antonio Bruto da. (COORD.), BAPTISTA, I., PERISTA, P. E CARRILHO, P. **Um olhar sobre a pobreza. vulnerabilidade e exclusão social no portugal contemporâneo.** 3ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A., Trajetos Portugueses. 2012.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Vozes., 2003.

DOYAL, Len. & GOUGH, Ian. **A theory of human need.** Londres: Macmillan, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo, Cortez Editora, 2018, p. 17-61.

GARCIA, Aldir Valdemar & TUMOLO, Paulo Sérgio. Pobreza: reflexões acerca do fenômeno. In **Revista ABET**, vol. VIII, nº.1, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis.** Brasília, n.3, ABEPSS, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. (2015 e 2016), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – **PNAD**, 2013.

FOLADORI, Guillermo, MELAZZI, Gustavo et KILPP, Renato. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes.** 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARCK, Joanna & LANSLEY, Stewart. **Poor Britain.** Londres: George Allen and Unwi Ltda, 1985.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política**, São Paulo: Boitempo, 2017.  
NETTO, José Paulo. Cinco notas à propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, Abepss, Grafile, ano 2, n. 3, 2001.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

PENSSAN, Rede. **II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil** (livro eletrônico) Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em 01/07/2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Reorientações éticas da política social: do primado do ethos solidário ao império da moral individualista possessiva. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 43, v. 17, p. 32 – 47, 1º Semestre de 2019.

PIACHAUD, David. Problems in the definition and measurement of poverty. In **Journal of social policy**, vol. 16, nº. 2, 1987.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle., 1ª ed.- Rio De Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROCHA, Sonia. Pobreza e indignância no Brasil – algumas evidências com base na PNAD 2004. In **Nova economia**, Belo Horizonte: D.E. /UFMG. Nº. 16 (2), pp.265-299, maio agosto. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n2/03.pdf> Acesso em [10/05/2023](http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n2/03.pdf), 2006.

ROOM, Graham. New poverty in **The european community**. Londres: St. Martin's, 1990.

SANTOS, Josiane Soares. **“questão social”**: particularidades no brasil, São Paulo, Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v.6)

SEN, Amartya. **Poor, relatively speaking**. UK: Oxford Economic Papers. 37, pp.153-169, 1983.

TOWNSEND, Peter. A sociological approach to the measurement of poverty - A rejoinder to Professor Amartya Sen. In **Oxford economic papers**, 37, pp.659-668, 1985b.

VEIT-WILSON, John. Consensual approaches to poverty lines and social security. In **Journal of social policy**. Vol.16, parte 2, pp. 183-211,1987.

Word Bank. **Word development report 1980**, UK: Oxford University Press, 1980.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## CAPITALISMO, POLÍTICAS SOCIAIS, DESIGUALDADES E POBREZA NO BRASIL

Adilson Marques Gennari

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre capitalismo, desigualdade social e pobreza com referência aos problemas brasileiros recentes. O método utilizado é o materialismo histórico e dialético. Compreende-se a pobreza e a desigualdade social como inerente ao modo de produção capitalista. A partir de 2015 o Brasil vem vivenciando uma reversão para pior com crescimento desmesurado da pobreza, da miséria e da desigualdade social. Em meados de 2022 temos aproximadamente 33 milhões de trabalhadores passando fome e um montante próximo de 12 milhões de desempregados. Os governos conservadores após o golpe parlamentar de 2014 levaram o Brasil ao retorno ao mapa da fome. A vitória nas urnas em dezembro de 2022 de Luiz Ignácio Lula da Silva para recoloca em perspectiva o projeto dos setores reformistas da sociedade, para os quais a distribuição de renda e o combate da pobreza não derivam automaticamente do crescimento da economia.

**Palavras-chave:** Desigualdade social. Pobreza. Brasil.

### ABSTRACT

This work aims to present a reflection on capitalism, social inequality and poverty with reference to recent Brazilian problems. The method used is historical and dialectical materialism. Poverty and social inequality are understood as inherent to the capitalist mode of production. As of 2015, Brazil has been experiencing a reversal for the worse with disproportionate growth in poverty, misery and social inequality. In mid-2022 we have approximately 33 million workers going hungry and an amount close to 12 million unemployed. Conservative governments after the 2014 parliamentary coup led Brazil to return to the hunger map. The victory at the polls in December 2022 by Luiz Ignácio Lula da Silva puts into perspective the project of the reformist sectors of society, for whom income distribution and the fight against poverty do not automatically derive from economic growth.

**Keywords:** Social Inequality. Poverty. Brazil.

#### PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma breve reflexão sobre a relação entre o capitalismo, desigualdade social e pobreza com referência aos problemas brasileiros recentes. O método utilizado é o materialismo histórico e dialético, principalmente nos seus aspectos relacionados à primazia do ser histórico e também sobre a dialética entre a particularidade e a totalidade concreta.

O modo capitalista de produção nasce sob o signo da desigualdade social e do surgimento de uma nova modalidade de pobreza na medida em que, em seu longo processo de transição e de acumulação primitiva, promoveu a produção e o desenvolvimento de um contingente extraordinário de destituídos da terra e dos meios de produção, ou seja, a origem da própria classe trabalhadora moderna coincide com o surgimento de uma massa de pobres e miseráveis, detentores apenas de sua própria força de trabalho, doravante transformada em mercadoria. Isto equivale a dizer que a desigualdade social e a pobreza são inerentes ao capitalismo.

## 2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL

As políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade social podem ser entendidas como paliativos às contradições engendradas pelo capitalismo. Elas não buscam obviamente a transformação radical da sociedade, mas tem poder suficiente para transformar a realidade social do capitalismo na medida em que, dependendo de sua dimensão e alcance, pode significar a melhoria e até a possibilidade de sobrevivência de milhares de pessoas, vítimas históricas e produto das contradições do capital, o chamado exército industrial de reserva, que nos marcos deste momento de transição tecnológica, ganha uma nova forma onde os sedimentos mais profundos passam a predominar: o desemprego crônico ou estrutural, a informalidade que pode atingir mais da metade da população economicamente ativa e o crescimento

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

desmesurado da pauperização, da miséria e da indigência de parcelas crescentes da classe trabalhadora.

Historicamente, podemos encontrar a gênese das políticas sociais que buscam minorar os efeitos da pobreza capitalista, tanto no que tange às experiências concretas, como no que toca a elaboração teórica, na Alemanha e na Inglaterra do final do século XIX. No processo de complexos conflitos políticos entre marxistas e lassalianos, surgiram as primeiras medidas de política social na Alemanha de Otto von Bismark, com a aprovação de leis de proteção à velhice, aos desempregados e aos enfermos (Singer, 2008) e no mesmo período nascia sob a pena de Thomas Paine (1795) a mais originária sistematização teórica que viria a influenciar os debates e as políticas sociais até hoje.

A história da política social no Brasil poderia ser subdividida em quatro momentos relevantes: O primeiro (a) seria relacionado à própria constituição ou primórdios da política social e corresponderia ao período que vai de 1930 até 1985. Logo depois viria o segundo momento, (b) reconhecido na literatura como uma primeira fase de reformas, que iria de 1985 (abertura política) até a Constituição Cidadã de 1988, neste período a mudança de peso foi representada pela introdução do seguro-desemprego. O outro ciclo de reformas (c) é representado pelo período que vai de 1995 até 2002 e corresponderia aos governos de Fernando Henrique Cardoso, onde foram criados diversos programas relacionados ao combate à pobreza e também uma rede de proteção com a inovação das transferências monetárias para os miseráveis. Por fim, seria possível identificar um quarto momento (d) que iria de 2002 até o golpe parlamentar que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (que nunca cometeu atos de corrupção), que corresponde às mudanças na política social empreendida pelos governos do PT, com destaque para a criação do Programa Bolsa Família.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os primórdios 1930 – 1985: As primeiras medidas do Estado brasileiro com um caráter efetivamente de política social tiveram início nos anos 1930 no Governo de Getúlio Vargas. O Estado tomava medidas para todo o território nacional que tinha por efeito organizar os direitos e deveres da classe trabalhadora.

Segundo Sônia Draibe (2003: 67),

são conhecidas as características do sistema brasileiro de proteção social, construído entre 1930 e aproximadamente os anos 1970: um sistema nacional de grandes dimensões e complexidade organizacional, envolvendo recursos entre 15% e 18% do PIB, integrando praticamente todos programas próprios dos modernos sistemas de proteção social – exceto o seguro-desemprego.

A constituição de 1934 tem uma característica peculiar, ela foi a

“primeira constituição federal a possuir um capítulo referente à ordem política e social, foi também pioneira na definição de responsabilidades sociais do Estado, tais como assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante registrando, assim, novas iniciativas governamentais no campo das políticas sociais.” (Rizotti, 2014: 2).

Já em 1937, com a implantação do Estado Novo, houve um retrocesso em função da revogação da Constituição de 1934 e a imposição novas relações entre Estado e sociedade, desta vez permeadas por uma ditadura. É naquele conturbado período onde foram criadas instituições de caráter privado que assumiriam relevância crescente na sociedade brasileira, principalmente no que tange as necessidades da classe trabalhadora. Trata-se da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e do Serviço Social da indústria (SESI) em 1946.

O primeiro ciclo de reformas: 1985 – 1988, tem como aspecto relevante as mudanças na área de saúde e na assistência social. “Se nós pensarmos nas duas políticas sociais reformadas com êxito no primeiro ciclo – a saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS), e a assistência social, com a Lei Orgânica da Assistência Social (Laos)” (Draibe, 2003: 71). Outro aspecto essencial das reformas desta fase é representado pela introdução na história do Brasil do seguro-desemprego.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Na segunda fase de reformas: 1995 – 2002, as políticas sociais sob o governo do PSDB: Neste período, representado aqui pelos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a apresentação de 45 programas relacionados ao problema, considerado estratégico de combate à pobreza e à desigualdade social (Draibe, 2003), com destaque para o combate à pobreza, à mortalidade infantil, à agricultura familiar etc. Aqui é relevante destacar a atuação do Programa Comunidade Solidária, que coordenava ações de combate às mazelas das populações mais vulneráveis.

No período FHC foram introduzidos mecanismos de gestão e reformas no sentido de dar condições para a execução de programas sociais bem definidos. Neste sentido foram criados o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) que iria coordenar um conjunto de políticas de incentivo e financiamento à agricultura familiar, que iria em pouco tempo redefinir muitos aspectos da produção rural no Brasil, com a introdução de um enfoque mercadológico que irá sobreviver e até prosperar nos posteriores governos do PT. Também teve papel relevante o Procera – Programa de Crédito para a Reforma Agrária e o Programa de geração de emprego e renda.

No que tange especificamente ao combate à pobreza, “implantou-se outra frente de ação, primeiro com o Programa Comunidade Solidária; em seguida, no segundo mandato, com o Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social” (Draibe, 2003: 87).

O que mais interessa é a Rede de Proteção Social que agrupava os programas de transferência de renda às famílias vulneráveis. Ali se agrupavam programas de sucesso como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício Mensal para Idosos etc. A criação de todos esses programas será de suma importância para o futuro das políticas sociais de transferência de renda no Brasil, pois serão o embrião do programa de maior sucesso na história de tais políticas no Brasil, o Programa Bolsa-Família criado

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

na quarta etapa das políticas sociais no Brasil já no Governo de Luiz Ignácio Lula da Silva.

Já na política social sob os governos do Partido dos Trabalhadores, destacamos a implantação do Programa Bolsa Família. Muito embora haja relevância em programas como o PROUNI que busca tornar acessíveis o curso superior para uma população historicamente pobre e racialmente “excluída” dos níveis superiores de educação brasileira, por meio da atribuição de bolsas de estudos pelo Governo Federal via cotas, privilegiamos neste trabalho o Programa Bolsa Família por sua dimensão e alcance para a população miserável brasileira. Há consenso de que o Programa Bolsa Família é o mais importante programa social da história brasileira.

No Brasil, somente nos anos 1990 medidas efetivas de resposta aos problemas da pobreza foram tomadas, como por exemplo, a criação, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, de programas como o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.” (WEISSHEIMER, 2006: 28). O passo seguinte se deu no Governo Lula da Silva com a integração de vários programas, dando ensejo por exemplo ao programa Bolsa Família, considerado, em vários círculos, um programa de grande êxito na medida em que contempla aproximadamente 11 milhões de famílias pobres, ou aproximadamente um quarto da população brasileira. Isto posto, o programa Bolsa Família em particular foi idealizado com dois objetivos:

[...] combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Uma das novidades do programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás) em um único programa. (WEISSHEIMER, 2006: 25).

Instituído “pela Medida Provisória n. 132, em novembro de 2003, o Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 60,00 a R\$ 120,00) e de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).” (WEISSHEIMER, 2006: 25). Para receber o benefício, as famílias devem cumprir algumas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

condicionalidades, como por exemplo: “[...] as famílias devem participar de ações no acompanhamento de saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental e participar de ações de educação alimentar. Com base nas informações do Cadastro único elaborado pelas prefeituras, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas. [...] A Caixa Econômica Federal é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios.” (WEISSHEIMER, 2006 :26).

Os dados disponíveis na CEPALSTAT demonstram uma sensível melhora na redução da pobreza e da miséria: no Brasil até o Governo da Presidente Dilma Rousseff. Enquanto em 1990 verificamos 41,9% da população de pobres e 20% de indigentes, em 1999 estes percentuais caíram para 15% e 35,3%. Sempre de acordo com os dados da CEPAL, as reduções nesses percentuais não pararam até 2014 para dar lugar a um aumento gritante da pobreza que atingirá 26,7% da população em 2017. Em 2005 população brasileira em condição de indigência estava em 11,5% e em condições de pobreza somavam 30,8% da população. Em 2014 vemos a melhora expressa em 4,2% de indigentes e 13,3% de pobres. Observa-se uma drástica redução no período de 20% para 4,2% de indigentes para depois sofrer um aumento dramático sendo 6,7% em 2019.

Até 2014 podemos atribuir esses resultados a vários fatores em que ao ambiente internacional favorável somou-se a vontade política interna dos governos brasileiros para enfrentar o problema. Neste contexto favorável foram pelo menos seis os fatores determinantes de tal melhora: 1) o crescimento econômico (no auge o PIB em 2010 chegou a crescer 7,5%); 2) a política de aumentos reais do salário-mínimo (o salário-mínimo é muito importante pois remunera a aposentadoria de parcela significativa dos brasileiros aposentados por tempo de serviço ou por velhice); 3) queda no desemprego (de 12% em 2003 baixou para 5,2% no seu melhor ano que foi 2011); 4) aumento dos gastos públicos e programa Minha Casa Minha Vida; 5) aumento dos gastos sociais com o programa Bolsa Família (que atingiu a abrangência

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

de 14 milhões de famílias); 6) o boom de exportações de *commodities* graças ao crescimento Chinês. Apesar de não ser tão bombástica como a redução da pobreza, houve também melhora na distribuição de renda. Ainda segundo os dados da CEPALSTAR (acesso em 21 set 2018) o coeficiente de Gini em 1990 estava em 0,627 e em 2014 baixou para 0,548, indicador que expressa de alguma maneira a melhora social representada pela diminuição ou transferência de miseráveis para a condição de pobreza.

A partir de 2015 o Brasil vem vivenciando uma reversão para pior com crescimento desmesurado da pobreza, da miséria e da desigualdade social fruto da confluência de fatores políticos negativos e da crise econômica severa. Em 2019 a população ocupada era de 94.552.000 das quais 24.557.000 trabalhavam por conta própria segundo o PNADc-IBGE jan-2020. É interessante notar que a categoria “trabalhador por conta própria” é uma forma que tende a crescer na medida em que a chamada formalidade com carteira assinada tende a cair e a informalidade a crescer. Este é um dos inúmeros aspectos do processo de *grundissização* da sociedade.

Com o impacto da crise estrutural do capitalismo, cujo epicentro foram os Estados Unidos em 2008, o Brasil começou a apresentar uma reversão ou piora em todos os dados. Recessão brutal com queda do PIB em 2016 na ordem de -3,6%. Os dados demonstram que a partir de 2014 o Brasil entra em estagnação econômica e que esta poderá durar ao menos por uma década. Desemprego foi ao nível recorde com mais de 13 milhões de desempregados. Com a crise econômica e a instabilidade política derivada da não aceitação pela oposição (PSDB principalmente) dos resultados das urnas, o Brasil “desceu rapidamente a serra” e segundo o IBGE, em 2016, 52 milhões de brasileiros encontravam-se em condições de pobreza.

Os anos de 2019 a 2022 efetivamente não foram dos mais auspiciosos para a vida da esmagadora maioria da população global e muito menos para a população

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalhadora brasileira. O mundo sofreu estarrecido de algo inédito: uma pandemia viral que ceifou, segundo divulgação da OMS em abril de 2023, a vida de 7 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, a pandemia levou a vida de aproximadamente 700 mil pessoas, ou o equivalente aproximado de 10 por cento das mortes no mundo. Esses números demonstram o descalabro que foi a gestão sanitária do governo já que o povo brasileiro representa cerca de 3 por cento da população mundial. Esta pandemia tem suas peculiaridades. Ela se imbrica com a crise estrutural do capital.

O trágico legado do Governo Bolsonaro ao povo brasileiro é o extraordinário efeito de seu governo no IDH ou índice de desenvolvimento humano e na devastação ambiental. Este indicador leva em consideração a expectativa de vida da população, o nível educacional da população e a renda da população. Na gestão Bolsonaro o IDH caiu pela primeira vez nos últimos trinta anos, ou seja, há três décadas o povo brasileiro não vivenciava uma piora generalizada em suas condições de vida como no transcorrer desta trágica gestão.

O Brasil figura como a oitava economia no ranking mundial em termos de PIB PPC (produto interno bruto por paridade de poder de compra), ou seja, é o oitavo país do mundo onde hipoteticamente a população tem acesso aos bens e serviços com sua moeda em relação a uma cesta internacional de bens e serviços. Paradoxalmente, os dados recentes demonstram que o Brasil voltou para o mapa da fome, com cerca de metade da sua população em situação de insegurança alimentar e cerca de 33 milhões de pessoas a passar fome. O que ou quais circunstâncias explicam esse fenômeno? Onde está o real poder de compra de metade da população brasileira? Ou, por fim, onde foi parar a riqueza gerada que se tornou inacessível para esses milhões de brasileiros? Nossa hipótese é que alguns fatores estruturais e outros conjunturais contribuíram decisivamente para a atual situação.

Em primeiro lugar vamos focar nas contas do Balanço de Pagamentos de 2021 do Brasil. Como é sabido, este balanço registra todas as transações econômicas do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Brasil com o resto do mundo. Em 2021, segundo o Ministério da Fazenda, tivemos um deficit na conta de Transações Correntes da ordem de US\$ 28,1 bilhões, o equivalente a 1,7% do PIB nominal. Isto significa que nós brasileiros enviamos cerca de US\$ 28 bilhões de dólares para remunerar os jutos, lucros, royalties etc., isto já considerando o saldo positivo com o comércio exterior, ou seja, com a balança comercial. Este quesito dá uma ideia de que parte do que os brasileiros produziram foram remetidos como remuneração aos investidores internacionais, seja produtivo, seja especulativo. Este fator é conjuntural, mas podemos observar que a conta de serviços é historicamente deficitária;

Um segundo fator que ajuda a explicar o fenômeno está relacionado a um fator que é conjuntural, mas que tem causas estruturais. É o fenômeno da brutal concentração de renda que assola a economia brasileira. Os dados do coeficiente de Gini demonstram que convivemos com um elevadíssimo grau de concentração de renda, onde a metade da população brasileira mais pobre só ganha 10% da renda nacional.

Em terceiro lugar é preciso considerar a drástica redução dos gastos sociais e das transferências diretas de renda. Neste quesito podemos verificar cortes sistemáticos nos setores de educação e saúde como uma prática habitual do atual governo Bolsonaro, o que colocou muitas vezes a universidade e a pesquisa em situação de total inviabilidade.

Em quarto lugar, temos que considerar que ao contrário dos governos anteriores de Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff, o governo Bolsonaro colocou em prática uma política de reajustes do salário-mínimo apenas pelos índices de inflação, sem nenhum aumento real, como foi a prática dos governos anteriores, o que significa um arrocho salarial da parcela mais vulnerável da classe trabalhadora, bem como dos aposentados e pensionistas que recebem nesta faixa salarial.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Podemos listar como um quinto fator a roubar a renda dos trabalhadores o atual processo inflacionário. Estima-se para 2022 uma inflação de cerca de 6 por cento e a inflação da cesta básica está na casa dos 11 por cento, bem acima do centro da meta estabelecida pelo próprio Banco Central. A inflação corrói o salário dos trabalhadores e num cenário de desemprego, flexibilização laboral e reformas trabalhistas contra os interesses dos trabalhadores, a inflação cai como uma bomba ao aumentar os preços dos itens fundamentais como alimentação, aluguel, água e luz.

O sexto elemento está correlacionado com o anterior pois ao lado do processo inflacionário vivenciamos uma política monetária de elevação sistemática na taxa Selic que vão corroborar com a diminuição das possibilidades de consumo da classe trabalhadora ao limitar o crédito e estrangular o orçamento com juros elevadíssimos na ordem de 13% ao ano.

O mais chocante dos legados catastróficos do governo Bolsonaro é sem dúvida o total descaso com a vida humana demonstrado por todo o período da pandemia. Os relatos da CPI da covid demonstram um alarmante quadro relatado com esmero no documentário “eles poderiam estar vivos”, onde são expostos todas as medidas e descabros do governo que redundaram na morte de quase 700 mil pessoas, das quais, sem exagero, poderiam ter sido salvas aproximadamente 400 mil, não fosse o total desprezo por políticas de contenção da doença. É notório o descaso em relação ao atraso na compra da vacina e ao descaso com o uso de máscara e outras formas de prevenção como o isolamento. Ao contrário, o Governo federal apostou na divulgação e incentivo ao uso de remédios comprovadamente ineficazes como a cloroquina e ivermectina, na verdade remédios para vermes e para malária. A desinformação, o imprevisto e a falta de seriedade em relação à vacinação, criaram um ambiente hostil ao combate real da doença, levando muitos setores da sociedade a entender que estávamos diante de uma verdade política de extermínio em massa da população brasileira, principalmente daquela parte mais vulnerável. Este foi um

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

dos reais motivos de ter sido Bolsonaro o único presidente da Nova República que não logrou êxito em reeleger-se.

Por último, mas não menos importante, temos o legado deste governo na área ambiental que foi uma verdadeira pilhagem da Amazônia por grileiros e garimpeiros, que não enfrentaram grandes obstáculos por parte da fiscalização e do poder federal. Tanto na FUNAI quanto no IBAMA e outras estruturas que deveriam cuidar e dar proteção à Amazônia sofreram processos de desmonte ou descaso. O resultado está aí e impressiona o mundo com a dimensão e velocidade de queimadas e devastação da floresta amazônica. Segundo o Greenpeace o desmatamento sob Bolsonaro foi o maior desde 2006 sendo “a área destruída equivalente a quase nove vezes a cidade de São Paulo” ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br), acesso em 26-out-22). Já segundo o IPAM Amazônia, “o desmatamento na Amazônia cresceu 56.6% sob o governo Bolsonaro”. ([www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br), acesso em 26-Out-22).

Se somarmos todos esses fatores num quadro de estagnação com uma política econômica conservadora e ultrapassada desenhada ao estilo Chicago boy do Ministro Paulo Guedes, temos uma situação real de produção sistemática da miséria do povo brasileiro. Enquanto o Governo destinava aproximadamente 65 bilhões de reais para o misterioso orçamento secreto, atrasou a compra da vacina, cortou 60% do programa Farmácia Popular, cortou quase na totalidade o orçamento para moradia, manteve o salário-mínimo sem aumento real, enfim, como já foi dito, o resultado foi a morte de 700 mil pessoas, das quais muitas poderiam ter sido salvas e, em 2 anos, colocou o Brasil no mapa da fome. A tragédia só não foi maior porque o Congresso nacional praticamente obrigou o governo a pagar o auxílio Brasil na ordem de R\$ 600 reais para os mais vulneráveis, o que impediu a continuidade da queda do coeficiente de Gini em 2022. Na verdade, tal política econômica e social foi um crime cometido pelo Estado brasileiro contra seu próprio povo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 3 CONCLUSÃO

A pobreza e a desigualdade social se desenvolvem como corolário de uma economia e sociedade que coloca o desenvolvimento social em detrimento da manutenção das classes abastadas proprietárias das terras e dos capitais, onde a especulação e o capital financeiro se tornam o centro dinâmico de uma economia subordinada aos polos hegemônicos do capitalismo ocidental. Os dados empíricos são gritantes: em meados de 2022 temos aproximadamente 33 milhões de trabalhadores passando fome no Brasil e um montante próximo de 12 milhões de desempregados, dos quais temos cerca de um terço dos chamados jovens nem-nem (nem trabalham, nem estudam) e se contarmos os desistentes, desiludidos e condenados à informalidade perpétua, chagaremos a números assustadores. Estamos diante de uma verdadeira hecatombe social, já a esses problemas já em si gravíssimos, vem se somar o atual quadro de desequilíbrio ambiental, onde na verdade os pobres e negros são os mais afetados pois muitos são obrigados a viver em áreas de risco de encostas etc.

Este projeto conservador foi derrotado nas urnas em dezembro de 2022 com a eleição de Luiz Ignácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato, o que recoloca em perspectiva o projeto do Partido dos trabalhadores e dos setores reformistas da sociedade, para os quais a distribuição de renda e o combate da pobreza não derivam automaticamente do crescimento da economia, e sim de políticas de planejamento combinadas de vários setores do Estado, de modo que é preciso envidar esforços de política econômica e social, com aumento de gastos nos setores sociais e das transferências diretas aos mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**, Nações Unidas, 2012.

CEPALSTAT. Dados disponíveis em [www.cepal.org](http://www.cepal.org). Acesso em 21 set 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Revista Economia e Sociedade**, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995.

DRAIBE, Sônia. A Política Social no período FHC e o sistema de proteção social. **Revista Tempo Social**, USP. 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2>.

GENNARI, Adilson M. Brasil: crise estrutural, pandemias, políticas sociais e a dura realidade conjuntural. **Revista Fim do Mundo**, n. 3, set-dez 2020. Marília – SP: IBEC-UNESP. 2020.

GENNARI, Adilson M. Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno. **Revista Fim do Mundo**, n. 8, jul-dez 2022. Marília – SP: IBEC-UNESP. 2022.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Edição Especial n. 13. 2014 Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em jan. 2014.

IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume, 2008.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**, São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PAINE, Thomas. **Agrarian Justice**. Inglaterra: (1795). Disponível em: [http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p\\_agrarian-justice.pdf](http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p_agrarian-justice.pdf).

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. **A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social**. Disponível em : <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf>. Acesso em 23/03/2014.

SINGER, Paul. “cidadania para todos”. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: contexto, 2008.

SILVA, Ana C. Aguerri Borges & GENNARI, Adilson M. Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista. **Revista Fim do Mundo**. n. 2 mai-ago 2020. Marília – SP: UNESP, 2020.

SUPLICY, E. Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez/Perseu Abramo, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

## DESIGUALDADES, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Helena Lúcia Augusto Chaves

### RESUMO

Este trabalho resulta de estudos e pesquisas acadêmicas e é fundamentado na teoria crítica. Tem como objetivo discutir a relação Estado e sociedade na sociabilidade capitalista, mediada pelas políticas sociais. Enfoca as abissais desigualdades, que vão se gestando na relação social do capital. Destaca a necessidade de desenvolvimento de políticas sociais demandadas pelas lutas sociais para fazer frente às desigualdades e reflete sobre a funcionalidade do Estado no Século XXI, compatível com o estágio de desenvolvimento do capitalismo, atendendo mais aos interesses rentistas do capital, do que às necessidades sociais. A crise estrutural do capital é articulada à análise, que destaca como aspecto da discussão os processos de globalização e o domínio imperialista sobre as nações de capitalismo dependente e periférico.

**Palavras-chave:** Desigualdades. Estado. Política Social.

### ABSTRACT

This work results from academic studies and research and is based on critical theory. It aims to discuss the relationship between State and society in capitalist sociability, mediated by social policies. It focuses on the abysmal inequalities that are being created in the social relationship of capital. Highlights the need to develop social policies demanded by social struggles to face inequalities and reflects on the functionality of the State in the 21st Century, compatible with the stage of development of capitalism, serving more the rentier interests of capital than social needs. Capital's structural crisis is articulated to the analysis, which highlights the processes of globalization and imperialist domination over nations of dependent and peripheral capitalism as an aspect of the discussion.

**Keywords:** Inequalities. State. Social Policy.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

Para além do período de pandemia da COVID-19, caracterizado por uma crise sanitária, econômica, social, cultural, política e humanitária de amplitude mundial, com enormes danos e perdas de vidas humanas ao redor do mundo, as contradições da sociabilidade capitalista em todos os aspectos da vida social se tornaram mais evidentes no contexto do neoliberalismo, nas duas décadas transcorridas do século XXI. A crise estrutural do capitalismo se exacerbou no processo de globalização em curso, marcado por disparidades e rivalidades geopolíticas, desigualdades, políticas neoliberais, financeirização, reconfigurações tecnológicas, degradação do meio ambiente, mudanças recorrentes das divisões do trabalho e das relações sociais (HARVEY, 2020) e por uma avalanche de fenômenos, que compõem a realidade global das relações constituídas nessa lógica capitalista. Lógica essa, que segundo Fontes (2018) é contrária a qualquer racionalidade, pois é impregnada de violência e limita as possibilidades da humanidade. Segundo a autora a racionalidade capitalista restringe-se a multiplicação do próprio capital, ignorando os valores socialmente construídos e desvinculando os seres sociais de sua historicidade.

As condições para possibilitar o avanço dessa racionalidade passam pela refuncionalização do Estado, que na sua condição mutável, em uma era de globalização intensificada (LEFEBVRE, 1978) organiza, instrumentaliza e regula o espaço social, mediante suas intervenções na economia capitalista. A forma territorial associada com o moderno Estado é, de acordo com Lefebvre (1977), inerentemente ligada à violência. A monopolização dos meios de violência por parte do Estado lhe confere poder para impor um princípio político de unificação das relações sociais de acordo com seus preceitos. Nesse contexto, as agendas globais parametrizam as relações e os acordos locais estabelecidos, visando sempre a maior lucratividade do capital e a manutenção do status quo e do domínio imperialista, que rege as relações estabelecidas nessa ordem social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPPPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O objetivo da discussão ora apresentada é refletir sobre a relação Estado e sociedade na sociabilidade capitalista em curso, mediada pelas políticas sociais como possibilidades civilizatórias à barbárie, configurada nas abissais desigualdades, que se expressam em pobreza, miséria, fome, analfabetismo, população de rua, trabalho informal, entre tantas outras. O desenvolvimento da discussão é tratado em dois tópicos. No primeiro, são enfocadas as desigualdades estruturais, inerentes ao capitalismo, configuradas como multidimensionais, globais e locais. Essas desigualdades ficam mais aparentes nos contextos de crise, cíclicas ou estrutural, que são permanentes na história do capitalismo. No segundo tópico, o enfoque é na funcionalidade do Estado, que utilizando mecanismos e formas de obtenção da coesão social, utiliza-se da política social para estabelecer a necessária relação com a sociedade, desenvolvendo a sua capacidade de intermediar as relações sociais de produção e reprodução social e de intervir nas crises, minimizando seu poder destruidor, ao tempo em que apresenta respostas às reivindicações e lutas sociais.

## 2 DESIGUALDADES ESTRUTURAIS, MULTIDIMENSIONAIS, GLOBAIS E LOCAIS DO CAPITALISMO EM CRISE

As desigualdades são inerentes ao capitalismo, são estruturais, multidimensionais, globais e locais. Estruturais porque são gestadas no modo de produção capitalista, são inerentes a esse sistema de produção e reprodução social. Multidimensionais porque não possuem apenas o viés econômico, expresso na desigualdade de renda, mas também são caracterizadas pela dimensão de classe, gênero, étnico-racial, geracional, regional, que se modificam e se complexificam, a cada ciclo de desenvolvimento do capitalismo. Globais porque sendo estruturais estão presentes em todo o mundo capitalista e possuem expressões semelhantes, embora diferentes em tamanho, escala e configurações específicas. Locais porque em cada localidade se expressam de forma diferente, de acordo com peculiaridades específicas, decorrentes do desenvolvimento das relações de produção e reprodução

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

social estabelecidas no contexto e conjuntura histórica local. As múltiplas dimensões das desigualdades estão articuladas entre si, de modo que são ao mesmo tempo, estruturais, multidimensionais, globais e locais. Não há capitalismo sem desigualdades. Esta é uma constatação histórica, que pode ser exemplificada ao longo da história do capitalismo.

O sistema de exploração dos recursos naturais necessários ao modo de vida industrializado, constituído no atual estágio do capitalismo, promove o subjuço dos países periféricos e de capitalismo tardio aos interesses dos países industrializados. A riqueza em biodiversidade e recursos naturais e minerais dos países em desenvolvimento, que possuem história de colonialismo, neocolonialismo e estrutura de desigualdades sociais é explorada de forma perversa, utilizando extrativismo predatório, destruindo a natureza e abastecendo os países industrializados das matérias primas necessárias à produção de mercadorias a serem consumidas em todo o mundo.

Essas desigualdades são globais, mas se expressam no local de diferentes formas e graus, constituindo uma das faces perversas do sistema capitalista de produção. Diferencia-se também a expressão dessas desigualdades no espaço urbano e rural das diferentes localidades, de acordo com a formação econômica, social e histórica e com o poder estatal estabelecido.

O espaço rural, nesse contexto, tem passado por um conjunto de mudanças com significativos impactos sobre suas funções e conteúdo social, que à luz da relação cidade-campo não pode mais ser compreendido separadamente. Políticas de integração ocorrem a partir da concepção de política territorial, em que a definição de território rural compõe o espaço local em relação ao global. O destaque que se dá no espaço rural decorre da concepção de modernização da agricultura, em que o desenvolvimento do capitalismo agrário e a expansão das fronteiras agrícolas com a intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes ocorrem mediante as mudanças que se configuram nas áreas rurais.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O espaço é resultado da coexistência de várias divisões sociais e territoriais do trabalho, pois os vetores externos demandam uma mudança na base material e, conseqüentemente, uma adaptação nos modos de trabalhar. Assim sendo, no Brasil a terra tem servido mais como bem de capital do que como meio de produção. A concentração no uso de terras impede que esta seja destinada a cumprir sua função de gerar condições de vida para os que nela trabalham, determinando o modo hegemônico da técnica e da política, que nem sempre prevalece ou se impõe a todos. A forma como o Brasil se inseriu na globalização a partir dos anos 1990, com altas taxas de juros, atraiu investimento estrangeiro para aplicação no mercado de capitais, aquisição de empresas privadas nacionais e estatais, sem ampliar o investimento, tornando mais cara a produção interna e estimulando a importação. Ao invés de produzir internamente passou-se cada vez mais a importar produtos de diversos países, principalmente da China. Os industriários se converteram em comerciantes e rentistas, gerando excedente crescente de força de trabalho, que com a pandemia chegou a 40% da força de trabalho disponível ao capital. “O Brasil ingressou na pandemia com o mundo do trabalho profundamente debilitado” (PORCHMANN, 2020). No que se refere a estrutura do campo ainda prevalece a lógica da Lei de Terras (1850). A forma como o extrativismo está sendo construído no agronegócio caracteriza uma reversão neocolonial e uma submissão do país aos ditames internacionais. Quadro esse que se agravou no contexto da pandemia, no qual faltou até equipamentos de proteção individual, visto que a produção de mercadorias em geral, dos bens de consumo aos insumos, é produzida de forma centralizada para ser exportada ao mundo. Ou seja, o processo de produção em massa de objetos manufaturados, está sob a égide do mercado mundial, que em contexto de paralização da produção e circulação de mercadorias, provoca um desabastecimento de produtos resultantes dessa manufatura, inclusive equipamentos e insumos utilizados pela medicina para tratar os casos de covid-19, no ápice de disseminação da doença pelo mundo e no momento crítico do seu controle, agravado no Brasil pela politização da vacina aos moldes dos preceitos terraplanista, de negação e desmonte

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

da ciência e tecnologia, vivenciados no passado recente no Brasil com a ascensão dos governos de extrema direita, pós-golpe de 2016.

Nesse contexto, a ruptura do pacto federativo, estabelecido na Constituição Federal de 1988 traz consigo o desmonte das políticas sociais e evidencia a conflitualidade entre os direitos, e até mesmo a incompatibilidade entre os direitos, quando se trata de contrastar os direitos individuais e sociais. Enquanto os direitos individuais se pautam na manutenção do status quo e são avessos à mudança, os direitos sociais querem subverter a ordem e querem mudar as estruturas injustas, que parametrizam a sociabilidade do capital, representando uma ameaça a superexploração e a lucratividade econômica. O dilema ético da confrontação entre direitos parece ganhar força no âmbito neoliberal conservador e de extrema direita, em que a individualidade, que caracteriza o modo de ser sob o capital, se mostra insustentável do ponto de vista da necessidade de pensar e viver o coletivo, como forma de garantir sobrevivência à humanidade, ameaçada pelas desigualdades, que caracteriza o acirramento das contradições do capitalismo na atual crise estrutural e sistêmica. Outro aspecto que indica a incompatibilidade entre direitos individuais e sociais, conforme esboçado por Pereira (2012), refere-se a índole da garantia suscitada nos dois direitos. Enquanto os direitos individuais representam a garantia de uma sociedade burguesa, sustentada no princípio da propriedade privada, como uma conquista individual, separada do Estado, os direitos sociais representam o mecanismo de penetração da sociedade no Estado. No processo de conquista dos direitos sociais, a questão social foi incorporada na agenda pública, contribuindo para sua transformação em questão de direito, configurando a tensão, a conflitualidade e o antagonismo com os direitos individuais. Há ainda, segundo a citada autora, uma terceira incompatibilidade entre essas duas categorias de direito, que se refere às condições de aplicabilidade e de eficácia desses direitos, os quais necessitam de recursos para sua concretização, por meio das políticas públicas correspondentes. Quando não são implementadas, essas políticas se esvaziam na sua condição de direito e há uma regressão em relação às conquistas, resultantes das lutas sociais. O

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ponto de antagonismo nesse aspecto é realçado pela ideia liberal de que o Estado é perdulário, quando destina recursos às políticas públicas, que no caso brasileiro representam menos de 1% do PIB. Enquanto, que manter os direitos ligados às liberdades individuais é muito mais oneroso para o Estado, porque exige um complexo aparato dispendioso de instituições, recursos humanos e burocracia, além da manutenção da institucionalidade judiciária. Portanto, a marca das tensões e dos conflitos de interesses está presente no âmbito regulatório da sociedade capitalista, no que diz respeito ao direito. Nesse conflito de interesses, os direitos individuais prevalecem sobre os direitos sociais e sobre sua base institucional que é estruturada no Estado Social e ganha corpo um Estado refuncionalizado, no contexto de ultraneoliberalismo, configurando o Workfare, enquanto base institucional do individualismo exacerbado, que marca o tempo presente, sob o domínio do capital financeiro.

### 3 FUNCIONALIDADE DO ESTADO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

A funcionalidade do Estado na sociabilidade capitalista remete a sua capacidade de intermediar as relações sociais de produção e reprodução social e de intervir nas crises para aplacar o seu poder destruidor, por meio de mecanismos e formas de obtenção da coesão social, ao tempo em que apresenta respostas às reivindicações e lutas sociais, utilizando-se da política social para estabelecer a necessária relação com a sociedade. Na “pragmática neoliberal” (ANTUNES, 2018) em que o mundo capitalista está imerso, a devastação é uma marca, implicando também na reconfiguração da forma estatal para atender aos interesses da burguesia financeira.

De acordo com Mascaro (2013, p. 18), “o Estado é um fenômeno especificamente capitalista”, que separa os produtores diretos dos meios de produção e estabelece uma rede necessária de trabalho assalariado, regulando as relações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociais de exploração, que configuram a sociabilidade capitalista. É uma instituição política separada dos indivíduos, que possui uma funcionalidade precípua de salvaguardar a ordem vigente, utilizando o aparato institucional que lhe é próprio para fortalecer a reprodução da exploração assalariada e mercantil. Embora separado dos indivíduos, não se refere a um poder neutro, imparcial e indiferente ao processo de exploração capitalista, posto que se constituiu simbioticamente nessa ordem social, configurando a dinâmica da relação entre capital e trabalho e revelando sua natureza também afirmativa. Constituído pela ideia de dominação que lhe é inerente, o Estado é necessário e funcional à reprodução capitalista, para manter de forma indireta o domínio do capital sobre o trabalho, regulamentar e consolidar o trabalho assalariado e estabelecer meios e condições para manter em curso a continuidade da exploração capitalista. No entanto, “não há funcionalidade plena entre Estado e reprodução social” (MASCARO, 2020, p. 15). As estratégias políticas dos Estados desenvolvimentistas do século XX não surtem mais efeitos no curso atual do processo de exploração. Os Estados atuais revelam uma “disfuncionalidade relativa das formas institucionais”, mostrando as faces perversas de sua intervenção e tornando mais evidente a crise estrutural do capital.

No movimento histórico do capital, a produção flexível desenvolvida nos espaços internacionais, segundo Mascaro (2020, p. 13), torna a fragilização das políticas nacionais mais evidentes, exponenciando ainda mais a crise pela incapacidade de suprir as necessidades por produtos e insumos. No contexto extremo de pandemia da Covid-19, evidenciou-se a incapacidade de reconversão industrial, de produção de insumos fármaco-médico-hospitalares e de sustento da sociedade, no que se refere a produção de alimento, a intervenção em infraestrutura habitacional e de transportes, a prestação de serviços básicos, para citar alguns campos dessa intervenção.

No Brasil, no contexto desencadeado pelo “Estado de direito de exceção” (ANTUNES, 2018), houve um desmonte generalizado dos parâmetros da Constituição Federal de 1988 (CF/88), imobilizando a atuação das políticas sociais estabelecidas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

na perspectiva da cidadania e do compromisso estatal. Os sucessivos golpes contra a seguridade social, dos sucessivos governos, que exerceram seus mandatos sob a vigência da Constituição, conhecida como cidadã, foram desfigurando essa política tanto no aspecto regulatório, jurídico-político, como operacional. Características pautadas na transparência nos processos de intervenção, na participação popular no planejamento e elaboração das políticas e na garantia dos direitos sociais constituídos como dever do Estado e direito do cidadão não são mais passíveis de execução como preconiza a CF/88. Nesse parâmetro regulatório da política pública brasileira e nas leis complementares e ordinárias que se seguiram destaca-se a planificação, a destinação orçamentária definida em lei, a composição do fundo de cada política setorial e a participação representativa nos conselhos como principais conquistas na trajetória da política social brasileira, obtidas no pacto federativo da CF/88. No entanto, essas conquistas advindas das lutas sociais, antes de se consolidarem na prática governamental e societária foram paulatinamente sendo minadas, desconfiguradas e destruídas. Inicialmente pela redução da função de proteção social como determinação do neoliberalismo, conduzindo o Estado a se desresponsabilizar pela política social, ao tempo em que subsidia e incentiva a criação de organizações sociais com o objetivo de atender as demandas decorrentes da crescente desigualdade social gerada no capitalismo, resultante da crise do capital. Nesse sentido há um descompasso entre a concepção e a implementação das políticas, trazendo implicações éticas, políticas e sociais.

No ideário do neoliberalismo, a proteção social, que abrange ações relacionadas à garantia de bens públicos, é mercantilizável e deve ter no mercado a oferta de serviços para a satisfação das necessidades sociais. A proteção social nessa perspectiva é considerada uma mercadoria, por meio da qual é acionada uma rede de serviços e uma destinação orçamentária para seu cumprimento que provém de fundo público. Como mercadoria a ser vendida através dos serviços, o fundo público se torna objeto de apropriação pelo mercado, potencializando a concentração de renda, a massificação da miséria, a negociação dos serviços básicos e a perda

## PROMOÇÃO



## APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

dos direitos de cidadania, conquistados com luta, organização política e resistência do conjunto da classe trabalhadora. Na esfera da reprodução social, a mercantilização também revela uma tendência de apropriação capitalista muito afinada com a característica rentista, visto que o fundo público é um alvo certo de confisco para investimento e especulação financeira. De acordo com Behring (2021, p. 39), “o fundo público atua na reprodução do capital, retornando para seus segmentos, sobretudo nos momentos de crise”, sendo desviado da sua destinação para socorrer o capital. Dessa forma, diminui os investimentos na reprodução da força de trabalho, reduzindo cada vez mais a implementação de políticas sociais. A financeirização, configurada como um fenômeno macroeconômico, caracterizado pela apropriação dos ativos da economia pelo mercado financeiro, atinge também o setor de serviços. Esse ataque se constitui como uma ameaça permanente, que coloca sempre a sociedade em situação vulnerável, necessitando do auxílio das políticas sociais para sobreviver. Nesse sentido, embora a tendência neoliberal seja regular e promover o desmonte, a política social precisa ser implementada, principalmente a assistência social.

No entanto, mesmo possuindo marco regulatório e sistema operacional instituído, a assistência social brasileira tem uma trajetória de desmontes, configurados na prestação de serviços pela rede socioassistencial, com atendimento via ONGs, provocando um deslocamento da ação para o âmbito privado, quando deveria ser do Estado, além da realização de ações pontuais, emergenciais e assistencialistas comprometendo a implementação da política definida como pública. Ou seja, trata-se de política fragilizada, quer seja pela natureza de sua ação e pelo seu público-alvo, quer seja pelos desafios que envolvem a relação proteção social e trabalho na sociedade capitalista, cuja tendência é atender as necessidades do capital, contribuindo para o rebaixamento dos salários e a manutenção da superpopulação relativa (MARX, 2013), em detrimento das necessidades sociais e subordinando toda ação aos interesses do capital. Não bastassem essas dificuldades de natureza constitutiva, atalhos ao empecilho de execução da política são criados e transformados em barreiras intransponíveis no aspecto institucional, como a mudança

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

da legislação para isentar o Estado de cumprir com seu dever instituído. É notório que tantas investidas de desmonte revelam a tensão dessa disputa. Por um lado, a resistência permanente e vigilante da sociedade para conseguir frear a ofensiva do capital, mediada pelo Estado. Por outro lado, as investidas do Estado para salvaguardar a ordem do capital, negligenciando o seu dever com a política social e criando mecanismos regulatórios para desfigurar a legislação vigente, modificando-a com outras legislações, que beneficiam os interesses do capital.

### 3 CONCLUSÃO

A regressão de direitos e o rompimento do pacto federativo da Constituição Federal de 1988 é o que se configura como realidade no Brasil, no mundo “maquínico-informacional-digital”, que caracteriza a relação social do capital, em sua tendência mundial. Nas políticas públicas, os impactos dessa chamada modernização, estão sendo desenhados em processos massivos expropriadores dos direitos, das condições de trabalho e do estágio civilizatório alcançado como resultante das lutas sociais desenvolvidas.

Uma característica marcante da sociedade capitalista é transformar em mercadoria e submeter à lógica desse fetiche as ações sociais, constituindo as necessidades de lucro do capital como essenciais à produção e reprodução social em detrimento da satisfação das necessidades humanas de sobrevivência. Os bens públicos como saúde e educação, por exemplo, embora tenham sua existência reconhecida no pensamento liberal, não há consenso sobre o dever do Estado na provisão desses bens. Isso porque são entendidos como passíveis de mercantilização. Nesta lógica, escapa ao domínio do mercado e necessita da intervenção do Estado, cabendo apenas prevenir ou controlar, o que Dean (2006, apud PEREIRA, 2019) chama de “maus públicos”, que se refere a epidemias, poluição, crimes, desordem social, moradia nas ruas, drogadição e os demais fenômenos sociais, relacionados à pobreza extrema, que extrapolam os espaços das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

periferias e adentram os espaços das cidades, afetando a dinâmica da economia e da vida em sociedade.

Um argumento central no pensamento da economia política crítica ao capitalismo é que o trabalho produz bens para o consumo humano, ao tempo em que produz valor excedente (mais-valia ou mais-valor), que se constitui a fonte de lucro, apropriado pelo empregador, impulsionando um processo de acumulação do capital, estruturado na exploração do trabalhador. Essa forma de acumulação suscita a tendência a crises permanentes (DEAN, 2006, apud PEREIRA, 2019), criando a dependência do capitalismo em relação ao Estado e suscitando as medidas protetivas desenvolvidas (GOUGH, 1982, apud PEREIRA, 2013). Os investimentos em políticas sociais, no polo contrário ao dos benefícios que proporciona ao trabalhador, aumentam a produtividade do trabalho, reduzindo o custo de vida dos trabalhadores e o salário a ser pago pelos empregadores. Essa ambivalência na sua funcionalidade acaba por projetar a política social como um campo legítimo para a intervenção do Estado, embora coexista com a ideia liberal e perversa de que acostuma a população pauperizada a se manter nessa condição para obter a ajuda do Estado.

A proteção social, objeto de intervenção pelo Estado burguês, é regida por leis e pactos interclassistas. No movimento de conciliação desses interesses antagônicos, o impasse entre as necessidades do capital e as necessidades sociais tensiona a lógica capitalista, cujas determinações projetam a política para se dobrar aos seus interesses, conflitando as relações de poder para ter o ganho das regulações favoráveis ao domínio do capital sobre o trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

DEAN, Hartley. **Social Policy**. Cambridge/UK; Malden/USA: Polity Press, 2006.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, Cortez Editora, 2018, p. 17-61.

GOUGH, Ian. **Economía política del Estado del bienestar**. Madri: Blume Ediciones, 1982.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

LEFEBVRE, Henry. **De l'État: Le mode de production étatique**. Vol. 3. Paris: Union Générale d'Éditions. 1977.

LEFEBVRE, Henry. **De l'État: Les contradictions de l'État moderne**. Vol. 4. Paris: Union Générale d'Éditions. 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo, Boitempo, [1867] 2013.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; BRAVO, Maria Inês Souza. (Orgs.) **Política Social e Democracia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Reorientações éticas da política social: do primado do ethos solidário ao império da moral individualista possessiva. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 43, v. 17, p. 32 – 47, 1º Semestre de 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Proteção social contemporânea: *cui prodest?* In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

PORCHMANN, M. A destruição de empregos no Brasil e nos Estados Unidos, **Blog da Rede**, 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2020/06/marcio-pochmann-a-destruicao-de-empregos-no-brasil-e-nos-estados-unidos/> Acesso em; 25/07/2020.

PROMOÇÃO



APOIO

